


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0013553-76.1997.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias**  
 Requerente: **Fazenda do Estado**  
 Requerido: **Actetel Alta Tec Em Telecomunicacoes Ltda e outros**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**
**CONCLUSÃO**

Aos 12/12/2013 17:04:47 faço estes autos conclusos a Dra.  
 Gabriela Müller Carioba Attanasio. Eu, (a) Edilene Maria  
 Vicentini Puccinelli, Assistente Judiciário, subscrevi

**VISTOS.**

Trata-se de ação de execução proposta pela **Fazenda do Estado**  
 contra **Actetel Alta Tec Em Telecomunicacoes Ltda, Maria Ivonilda de Amorim Alves**  
**Guerra e Paulo Cezar Guerra.**

Este Juízo vislumbrou a possibilidade de ocorrência de prescrição,  
 razão pela qual determinou que a FESP se manifestasse, nos termos do que estabelece o  
 artigo 40, § 4º da Lei de Execução Fiscal.

Ouvida, a FESP concordou com a extinção do processo, em vista da  
 prescrição.

**É breve relatório.**
**Passo a fundamentar e decidir.**

Realmente é o caso de se reconhecer a prescrição intercorrente.

A FESP requereu a suspensão da execução, nos termos do artigo 40  
 da Lei 6.830/80 e deste àquela data não deu qualquer andamento ao processo, que ficou  
 paralisado por mais que cinco anos.

Consoante entendimento jurisprudencial predominante, inclusive  
 sumulado pelo STJ (Súmula 314), basta que o processo fique paralisado por mais de cinco  
 anos a contar do decurso de um ano da determinação de seu arquivamento, para incidir a


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

prescrição, que deve ser reconhecida, inclusive, de ofício, nos termos do que estabelece o artigo 219, § 5º do CPC, devendo-se, apenas, abrir vista à exequente, em contraditório, a fim de lhe dar a oportunidade de apontar algum impedimento, como a confissão da dívida ou a transação, o que foi respeitado no caso em tela.

Bem ilustra a questão o voto proferido pelo desembargador JOSÉ LUIZ GAVIÃO DE ALMEIDA, na apelação 9001328-72.1997.8.26.0014, citado no Reexame Necessário nº 9001179-13.1996.8.26.0014 - voto 28.697- Relator Antônio Carlos Malheiros.

Ante o exposto, *reconheço a prescrição* e DECLARO EXTINTO O PROCESSO DE EXECUÇÃO, com fundamento no artigo 269, inciso IV, do CPC.

Ficam levantadas eventuais penhoras e liberados os depositários, se houver.

Após trânsito e julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.

Ficam as partes científicas de que, decorrido 01 (um) ano do arquivamento, se não houver manifestação em contrário, os autos serão inutilizados, com fundamento no Provimento CG 28/1997, nos termos do procedimento previsto no Provimento CSM 1676/2009.

**P R I C**

São Carlos, 26 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**